

A crise? Qual crise?

Nelson Rosas Ribeiro
Professor da UFPb

O termo crise continua a ser, nos últimos 20 anos um dos termos mais usados nos debates das questões econômico-sociais, com diversos significados. A generalização do seu uso obriga-nos a restringir a utilização que dele faremos aqui. Ao falar em crise estaremos nos referindo apenas à crise ao nível da economia. A esse nível, apesar das muitas divergências que o assunto provoca, há algumas concordâncias.

Pode-se afirmar, por exemplo, que todas as correntes de pensamento econômico atuais reconhecem e admitem a existência de períodos de crescimento e crise nas economias de todos os países capitalistas. A vulgarização desta constatação pode ser observada, de formas mais ou menos simplistas, nos mais consagrados manuais de economia. A título de exemplo citamos um deles:

"Historicamente, as condições econômicas não permanecem estacionadas e inalteradas. A regra geral da vida econômica das nações parece ser a instabilidade. Ondas de prosperidade quase sempre são seguidas por fases de recessão ou de dificuldades econômicas generalizadas." (Rossetti, p. 715)

Se ao nível do reconhecimento do fenômeno existe uma quase unanimidade, em relação às suas causas as discordâncias são generalizadas. São apontadas causas que vão desde as psicológicas (Pigou) até as astronômicas - manchas solares (Jevons), passando pelas monetárias (Howtrey), tecnológicas (Schumpeter), etc. Entre os autores marxistas as discordâncias não são menores.

Basta lembrar o intenso debate, na passagem do século, onde eram apresentadas como causas das crises, a anarquia da produção, o subconsumo, a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a sobreacumulação, etc. Mais recentemente podemos referir as explicações dadas pela corrente conhecida como teoria da regulação.

Discutem os economistas, debatem-se em torno de uma questão crucial: qual a causa da crise. E cada corrente apresenta a sua explicação para aquilo que

cada uma delas considera como "a crise".

Queremos propor aqui um caminho diferente

A nosso ver, todo esse debate deveria ser precedido de outro. Antes de discutir qual a causa de um fenômeno seria necessário chegar a um acordo sobre qual o "conteúdo" deste fenômeno ou seja o que é este fenômeno. Será inútil tentar resolver um problema se não se conseguiu definir qual o problema a resolver. A questão que se propõe aqui é, portanto, "qual o problema a resolver".

Assim, o nosso objetivo neste artigo é contribuir para precisar o conteúdo do fenômeno da "crise econômica", tendo como base a teoria econômica marxista. Isso poderia parecer uma pretensão pouco ambiciosa pois qualquer economista "sabe" o que significa uma crise econômica.

No entanto o que pretendemos discutir é precisamente este "saber".

A crise cíclica de superprodução

Julgamos não ser preciso demonstrar que o fenômeno é tratado por Marx como "crise de superprodução ou sobreprodução". A esta expressão é agregado o termo "cíclica". Assim, o fenômeno que pretendemos abordar é identificado pela teoria econômica marxista como "crise cíclica de superprodução".

Esta denominação cria-nos, porém, algumas dificuldades.

Em primeiro lugar por que o fenômeno não se limita à crise mas é composto de 4 fases distintas: crise, depressão, reanimação e auge. Essas quatro fases pressupõem-se e sucedem-se continuamente formando um todo indissolúvel.

Assim, a palavra "crise", além de ser usada para identificar o fenômeno como um todo, é também empregada para uma das suas fases, a "fase de crise".

Para resolver esta dificuldade importaremos um outro termo que é de uso comum na teoria econômica: "ciclo econômico". Assim, quando quisermos

referir o fenômeno em seu conjunto, usaremos a palavra ciclo o que libertará o termo crise apenas para identificar a fase chamada "crise". Reconhecemos que essa importação tem alguns inconvenientes.

Em primeiro lugar referimos a forte conotação ideológica que esteve presente no surgimento da categoria "ciclo econômico" e na generalização de sua utilização em substituição ao conceito "crise cíclica de superprodução", fato que se deu a partir do início do século atual, assunto que já tratamos em um outro artigo (Ribeiro, 1994).

Em segundo lugar, o termo ciclo econômico que era inicialmente usado para o chamado "ciclo de Juglar" começou a ser vulgarizado passando a ser utilizado também para toda e qualquer pulsação que por acaso fosse observada em alguma economia de qualquer país do mundo, banalizando com isso o seu conteúdo.

Apesar desses inconvenientes, usaremos o termo "ciclo econômico" para denominar o fenômeno da "crise cíclica de superprodução", também chamada de "ciclo de Juglar".

O que é a crise?

Todos os economistas aceitariam que a crise eclode porque, num dado momento, a oferta apresenta-se maior do que a procura solvente.

A crise aparece como impossibilidade da venda das mercadorias produzidas, com a acumulação dos estoques, cancelamento das encomendas, aumento da capacidade ociosa, redução dos negócios, falência das empresas, queda do consumo, desemprego, etc.

"Há uma superprodução generalizada de mercadorias em termos relativos ao volume da procura efetiva. As empresas, impossibilitadas de realizarem suas mercadorias tentam manter a produção aumentando os estoques. A situação econômico-financeira vai-se tornando insuportável e começam as medidas de redução da produção, com os consequentes despedimentos de trabalhadores e diminuição do consumo produtivo. Aumenta o desemprego, os salários tendem para a queda, reduzindo-se também o consumo pessoal o que ocasiona o encerramento de novas empresas. O fenômeno desenvolve-se em cadeia ocasionando a redução dos investimentos, falências e concordatas". (Ribeiro, 1983).

Pensamos que não haveriam grandes restrições à caracterização do fenômeno da crise com as palavras

acima. No entanto estas palavras não passam de uma descrição. Elas nada dizem sobre o conteúdo da crise.

A manifestação visível da crise através do excesso da oferta em relação à procura é apenas uma forma aparente do fenômeno. É isto que o torna visível, mas não é o seu conteúdo. Se assim o fosse a solução seria facilmente encontrada, ou controlando-se a oferta, ou a procura ou agindo-se simultaneamente sobre os dois, soluções que os Keynesianos praticaram durante mais de 20 anos e chegaram mesmo a pensar que haviam dominado o fenômeno.

Pode-se demonstrar teoricamente que isto não é possível (Ribeiro 1989, Parte II, cap.2.4.1). Não o faremos aqui e rejeitaremos este tipo de "soluções" com o argumento da realidade dos anos 70 quando o movimento cíclico foi retomado com toda a sua força. E não poderia ser de outro modo. Qualquer que fosse a solução tentada, em nada resultaria, pois o desequilíbrio entre oferta e procura **não era o problema a resolver.**

O fracasso das tentativas feitas deveria ter levado os pesquisadores a concentrar os esforços não na busca de novas soluções apressadas mas precisamente na reformulação do problema a resolver. Isso poderia ter levado à conclusões bem diversas dentre as quais podemos sugerir a seguinte.

Não foi possível o ajustamento entre oferta e procura por que há outras forças, externas a elas, que impedem esse ajustamento, e que encontram sua fonte de alimentação na própria essência do sistema capitalista e que, por isso, não podem ser removidas sem que seja alterado o próprio sistema.

Esta poderia ter sido a conclusão dos pesquisadores diante do fracasso das políticas anti-cíclicas aplicadas durante mais de 20 anos e, com isto, teríamos reformulado o problema a resolver. Estaríamos nos aproximando da descoberta do conteúdo da crise.

No entanto tal não ocorreu. Pelo contrário, foi revirado o velho e bolorento baú da teoria neoclássica de onde foram retiradas teorias maquiadas com um "neo" qualquer, com as quais emproados senhores desfilam nas passarelas das instituições oficiais e nos gabinetes dos ministros. O título pomposo de "main stream" foi arrancado das mãos keynesianas e transferido para estes novos salvadores da pátria menos cultos e mais grosseiros.

Se, por seu lado, os economistas oficiais insistem

teimosamente em resolver um problema que existe apenas em suas cabeças e nada tem a ver com a realidade, os teóricos marxistas debatem o mesmo problema a procura de suas causas.

E, no final, as lamentações dirigem-se a Marx por não ter desenvolvido a teoria das crises, o que não deixa de ser verdade.

A origem da crise

Apesar de não expor uma teoria da crise, Marx deixa importantes indicações sobre ela além de nos fornecer um poderoso instrumento para lá chegar: o seu método. Se passássemos a usar este método teríamos de admitir à partida, uma verdade elementar: a não existência de milagres.

Isto quer dizer, no nosso caso, que, para que um fenómeno ocorra, encontre uma forma de manifestação, ele deve pré-existir em potência. Todos os fenómenos são dinâmicos. Surgem a partir de certas condições, desenvolvem-se, amadurecem, criam formas de manifestação e só quando atingem certo grau de maturidade manifestam-se com todas as suas potencialidades. É deste modo que devemos abordar a crise e é precisamente esta a indicação que nos dá Marx ao longo de suas obras.

Em "O Capital", por exemplo, a crise é identificada ainda em embrião, na própria mercadoria, na contradição existente no seu interior entre Valor (V) e Valor de Uso (VU). Mas, como podemos caracterizar o conteúdo do fenómeno que se esconde na Mercadoria?

Ora, a esse nível a contradição V x VU apenas cria a possibilidade do produto do trabalho humano não ser consumido. É nisto que consiste o conteúdo do embrião da crise. Na sociedade mercantil, diferente das anteriores, uma Mercadoria Mi, produzida por um produtor Pi é um não-VUi para ele. Ele não a pode consumir. Isto o obriga a procurar outro consumidor que poderá, ou não, ser encontrado. Aí está o conteúdo de um novo tipo de crise inexistente em sociedades anteriores. O ser humano trabalhou, materializou o seu trabalho em um produto e, no entanto, este produto do trabalho pode não ser consumido tornando inútil toda a energia despendida.

Para acompanharmos o desenvolvimento deste germe até chegar ao fenómeno maduro da crise de superprodução basta seguir o desenvolvimento da sociedade mercantil até o surgimento do capital e observar todas as contradições e relações que surgirão e se desenvolverão no novo sistema.

Foi isto que fez Marx.

A partir da descoberta do germe da crise Marx acompanhou o desenvolvimento deste germe através da evolução do seu portador, a Mercadoria, nas formas do valor, até o momento em que se dá um salto qualitativo com o surgimento do Dinheiro.

As formas da crise

O dinheiro provoca o surgimento de uma nova forma de manifestação da contradição interna à Mercadoria entre Valor e Valor de Uso: a contradição externa entre Mercadoria e Dinheiro. A circulação M - M torna-se M - D - M transformando os atos de compra e venda em uma unidade de contrários. A função de meio de circulação que o Dinheiro exerce neste movimento, é apontada por Marx como a primeira forma da crise.

"...A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, ... atinge formas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. Para a conversão dessa possibilidade em realidade é mister todo um conjunto de condições, que não existem, ainda, do ponto de vista da simples circulação das mercadorias.." (Marx, 1890, L-I, V-I, p. 127).

É assim que Marx refere o surgimento da possibilidade de existência do fenómeno da crise à medida em que são criadas formas para a manifestação do fenómeno.

A segunda forma de manifestação, Marx vai encontrar na função do Dinheiro como meio de pagamento.

"Sous sa seconde forme, la crise est la fonction de l'argent comme moyen de paiement..." (Marx, 1863, T-II, p. 608)

O surgimento de duas formas de manifestação da crise tornam esse fenómeno possível mas, nesta etapa, a crise não pode ser ainda considerada de superprodução geral devido ao pouco desenvolvimento do conteúdo. A sociedade de produtores de mercadorias é ainda uma sociedade onde as capacidades de expansão da produção são muito limitadas. É por isso que Marx fala apenas em "formas abstratas" da crise. "...ces deux formes sont encore tout à fait abstraites, bien que la seconde soit plus concrète que la première". (Marx, 1863, T-II, p. 608).

A medida em que as formas se desenvolvem elas contribuem para o desenvolvimento do próprio

conteúdo e o estimulam até o ponto em que, de possível, o fenômeno se torna necessário o que ocorrerá com o surgimento do capital e da circulação D - M - D'. Com ela os produtores de mercadorias dão lugar aos produtores capitalistas de mercadorias.

Nesse novo tipo de sociedade alteram-se as funções de D e M que se convertem em formas que o capital assume. Desse modo às funções de D como meio de circulação de mercadorias são acrescidas novas funções como meio de circulação do capital o que dá origem a uma nova contradição: a contradição entre produção e circulação, e com ela mais uma forma de manifestação da crise.

Diferentemente das formas anteriores essa nova forma é criada pelo capital, é característica do processo de reprodução do capital e desenvolve-se obedecendo às mesmas leis que impulsionam o desenvolvimento do capital.

"Le procès de circulation ou le procès de reproduction du capital dans son ensemble, c'est l'unité de sa phase de production et de sa phase de circulation, procès qui se poursuit dans les deux phases que constituent les deux procès. Là réside une possibilité, développée plus loin, ou encore une forme abstraite de la crise." (Marx, 1863, T-II, p. 612).

A circulação do capital como unidade de produção e circulação, ao constituir-se em nova forma da crise, contribuirá para aumentar a possibilidade de manifestação do fenômeno. Essa contribuição será ampliada pelas modificações que essa nova forma introduzirá nas duas formas anteriores: as funções do dinheiro como meio de circulação e como meio de pagamento.

A nossa análise poderia ir muito mais longe se fôssemos acompanhando a construção da sociedade capitalista e introduzindo novos elementos como o capital comercial e o capital bancário. Veríamos surgir a cada passo novas formas de manifestação da crise até o ponto em que ela, de possível, tornar-se-ia necessária.

Isso ultrapassaria, no entanto, os limites desta comunicação. Voltemos ao problema do conteúdo da crise.

O conteúdo da crise

Como já referimos o conteúdo da crise é inicialmente identificado como *a possibilidade do produto do trabalho humano não poder ser consumido*, coisa que ocorre com o surgimento da mercadoria e da produção mercantil.

Com o desenvolvimento da produção mercantil, à medida que os atos de produção e consumo vão se distanciando, esta possibilidade vai mudando quantitativa e qualitativamente.

Quantitativamente porque a produção mercantil vai se generalizando e o volume de mercadorias aumentando de forma irreversível.

Qualitativamente porque o surgimento do Dinheiro e as funções que ele passa a exercer introduzem elementos que tornam inevitável que produtos do trabalho humano deixem de ser consumidos. A probabilidade de que isso venha a ocorrer vai progressivamente aumentando.

Para continuarmos a análise da evolução do conteúdo da crise (a possibilidade do produto do trabalho humano não ser consumido), temos de observar 3 aspectos a saber:

- 1 - a expansão da forma mercadoria que o produto do trabalho humano assumiu;
- 2 - a expansão do universo de consumidores;
- 3 - os mecanismos que impedem os potenciais consumidores de consumir as mercadorias produzidas.

A expansão da forma mercadoria

A passagem à sociedade capitalista introduzirá profundas modificações na produção de mercadorias, que se tornam produtos, não de produtores, mas de produtores capitalistas, produtos do capital. Não se produz porque haja qualquer tipo de necessidade social a ser satisfeita mas, se produz porque é necessário produzir lucro.

"A taxa de lucro é a força propulsora da produção capitalista, e só se produz o que se pode e quando se pode produzir com lucro" (Marx, 1894, L-III, Vol IV, cap XV, P. 297).

Nesta sociedade a forma mercadoria domina todo o produto do trabalho humano e estende-se mesmo a coisas que não o são como a consciência dos homens. Estende-se a própria força de trabalho e finalmente ao capital que passa a ser transacionado como Mercadoria-capital.

Ao falar em Mercadoria não mais nos podemos limitar ao produto do trabalho humano. A forma mercadoria transcendeu estes limites.

O dinamismo do sistema capitalista, além de transformar em mercadorias tudo o que está em sua volta, traz dentro de si um impulso inexorável para ampliar cada vez mais a produção: a procura de lucros

- a sua razão de ser.

Para produzir lucros o capital deve consumir mas, o seu consumo é o consumo produtivo e a cada mercadoria retirada do mercado novas mercadorias serão lançadas nele e em quantidade crescente.

Do ponto de vista do consumo pessoal, o resultado também será a produção e lançamento no mercado de mercadorias, a mercadoria especial Força de Trabalho.

No que se refere à Mercadoria-capital a situação não é menos preocupante. Esta mercadoria tem a propriedade de não ser destruída pelo consumo e ao contrário, crescer.

Toda a lógica da produção capitalista conduz inevitavelmente à superprodução geral de mercadorias sobre todas as suas formas.

E isto é uma consequência das próprias leis do sistema e não pode ser alterado sem que seja alterado o próprio sistema.

A expansão do número de consumidores

O capital, em sua reprodução, recria as relações capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que destrói as relações de produção pré-capitalistas, porventura existentes, incorporando cada vez mais populações ao mercado, ao ritmo em que ocupa todo o espaço econômico.

"As mesmas circunstâncias que produzem a condição fundamental da produção capitalista, a existência de uma classe assalariada, exigem a transição de toda a produção de mercadorias para a produção capitalista de mercadorias. Esta, na medida em que se desenvolve, decompõe e dissolve as velhas formas de produção, voltadas de preferência para a subsistência imediata e que só transformam em mercadoria o excedente da produção." (Marx, 1893, L-II, cap. I, p.39).

A generalização da relação de trabalho assalariado é o mecanismo que transforma a população em consumidores potenciais da produção capitalista.

Mas, além deste tipo de consumidor o capital cria um novo tipo: o consumidor produtivo, as empresas.

Estes consumidores produtivos, diferentemente dos consumidores pessoais que têm por limite de seu consumo a satisfação de suas necessidades físicas e psicológicas, são insaciáveis pois suas necessidades são as necessidades do capital: produzir lucro.

Se estendermos a análise para o conjunto da sociedade capitalista, verificamos que o trabalho

assalariado ultrapassa os limites dos trabalhadores produtivos, estendendo-se a todo tipo de empregados no aparelho de estado, nos serviços, comércio, seguros, bancos, etc.

Podemos portanto concluir que as forças do capitalismo, em sua expansão, criam um número crescente de consumidores.

As barreiras ao consumo

Mas, as mesmas leis que regem a criação de um volume crescente de mercadorias e de um número também crescente de consumidores, cria igualmente as barreiras que impedem tais consumidores de satisfazerem as suas necessidades.

Em primeiro lugar sendo o objetivo da produção a produção de lucro e, tendo este a origem na mais valia, o sistema não se pode mover sem tentar de todos os modos apropriar-se de quantidades crescentes de mais valia em todas as suas formas: absoluta, relativa e extraordinária.

Ora, a extração de mais valia provoca inevitavelmente a redução da capacidade de consumo da maior parte dos consumidores, precisamente os trabalhadores assalariados.

Por outro lado a busca da mais valia extraordinária, motor do progresso técnico no modo de produção capitalista, leva ao aumento da composição orgânica do capital com a queda relativa do capital variável em relação ao capital constante, com o aumento da produtividade do trabalho e o consequente aumento do número de trabalhadores atirados ao desemprego. Como afirma Marx: "Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa dos trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Além disso, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e na sua forma técnica, e número crescente de ramos de produção é atingido, simultânea e alternativamente, por essas mudanças. Por isso a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção." (Marx, 1890, L-I, Vol.II, cap. XXIII, pp.732/733).

Se por um lado as forças do capital, no seu afã de

produzir lucro, provocam a redução da capacidade de consumo dos consumidores pessoais, no que se refere ao consumo produtivo a situação não é mais favorável.

"Sob a forma dinheiro, o capitalista lança menos valor na circulação do que dela retira, e sob a forma mercadoria lança na circulação mais valor que dela retira. Enquanto personifica apenas o capital, funcionando como capitalista industrial, sua oferta de valor-mercadoria é sempre maior que sua procura. A igualdade entre ambas equivaleria à não valorização de seu capital que não teria funcionado como capital produtivo. ...

A taxa à qual o capitalista valoriza seu capital é tanto maior quanto maior for a diferença entre sua oferta e sua procura, isto é, quanto maior o excedente do valor-mercadoria que fornece sobre o valor-mercadoria que adquire. Seu objetivo não é a coincidência mas a maior disparidade possível entre ambas, a maior superioridade possível da oferta sobre a procura. Isto se aplica tanto ao capitalista isolado quanto à classe capitalista como um todo" (Marx, 1893, L-II, Cap. IV, p.119)

Desse modo a "ilimitada" capacidade de consumo do capital, como consumidor produtivo, tem à partida uma forte limitação imposta pela própria lógica da acumulação capitalista pois a procura de Meios de Produção e Força de Trabalho está condicionada pela possibilidade de uma oferta futura em muito maior escala, ou seja, pela possibilidade de obtenção de lucro através da venda, no mercado, de uma quantidade de valor superior àquela que dele foi retirada.

Se o capital é um consumidor insaciável pode tornar-se um comprador extremamente comedido sempre que sinta seus lucros futuros ameaçados.

Como podemos ver são as leis do próprio sistema que criam as barreiras de bloqueio entre os consumidores e as mercadorias a serem consumidas.

Considerações Finais

Podemos finalmente concluir que a tendência para a superprodução generalizada de mercadorias está na própria essência do modo capitalista de produção, é inerente a ele. Ou seja, o Modo de Produção Capitalista cria um volume crescente de mercadorias, um número também crescente de consumidores mas cria igualmente mecanismos que os impedem de consumir. É assim que deve ser compreendida a superprodução, superprodução de mercadorias e de capitais. Não em relação às necessidades sociais. Superprodução sim porque os consumidores estão impe-

didos de consumir pelos mecanismos criados pelo próprio sistema, pois, no Modo de Produção Capitalista, ... "La limite de la production, c'est le profit du capitaliste, nullement le besoin du producteur" (Marx, 1863, T-II, p.629).

Como podemos então caracterizar o conteúdo do fenômeno "Crise"? No início da exposição definimos o conteúdo da crise como "a possibilidade do produto do trabalho humano não ser consumido". Acompanhamos o desenvolvimento desse conteúdo observando como a probabilidade de tal ocorrer foi aumentando à medida em que as novas contradições, que o capitalismo foi criando, deram origem a novas formas de manifestação. De possível o fenômeno tornou-se necessário e finalmente inevitável.

A caracterização do conteúdo da crise deve, portanto, ser alterada a fim de abranger os novos elementos que passaram a fazer parte deste conteúdo.

O fenômeno agora engloba a produção de um volume crescente de mercadorias, e de uma quantidade crescente de consumidores e ao mesmo tempo o criação de barreiras que impedem o consumo. É este o conteúdo do fenômeno da crise. Não é apenas um problema de excesso de oferta em relação à procura. "Não se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo". (Marx, 1894, L-III, Vol. IV, cap XV, pp. 295/296.

6.2 - A aceitação dessa caracterização do conteúdo da crise, fase de abertura do ciclo econômico, tem como consequência a aceitação de que este fenômeno é uma lei do modo de produção capitalista e que portanto não pode ser abolido sem que o próprio sistema seja alterado.

Como consequência, toda vez que esta lei for violada, (pela política anti-cíclica, por exemplo), a economia deverá reagir de alguma outra forma à ausência de seu elemento regulador, a crise. A questão está em descobrir quais serão estas formas de reação.

E por que não considerar este o caminho para a análise de fenômenos recentes como a inflação, a depressão prolongada, as baixas taxas de desenvolvimento econômico, o desemprego crônico e a stagflação? Fica aqui o desafio aos investigadores e vários temas para novas comunicações.

Bibliografia

MARX, Karl- Theories sur la Plus-Value, Paris, 1975, Editions Sociales. 1863

MARX, Karl - O Capital, Livro I, Rio de Janeiro, s/d, Ed.

Civilização Brasileira - Centro do Livro - 1890

Brasileiro, trad. de Das Kapital, Buch I, 4ª Ed, 1890.

MARX, Karl - O Capital, Livro II, Rio de Janeiro, s/d,

Ed.Civilização Brasileira - Centro do Livro Brasileiro,
trad. de Das Kapital, Buch II, 2ª Ed. 1893.

MARX, Karl- O Capital, Livro III, Rio de Janeiro, s/d,

Ed.Civilização Brasileira - Centro do Livro Brasileiro,
trad. de Das Kapital, Buch III, 1ª Ed. 1894.

RIBEIRO, Nelson - "A crise atual: acidente ou necessidade", in:Economia-E.C.- Questões Econômicas e Sociais,Nº 45, Set/out 1983, Lisboa.

RIBEIRO, Nelson - A acumulação do capital no Brasil: expansão e 1989 crise. Lisboa, 1989, Tese de Douto-ramento.

RIBÉIRO, Nelson - "A crise Econômica: evolução de um conceito", 1994 in: Economia - Ensaios, Vol 8, Nº 2, julho 1994, Uberlândia, EDUFU, Universidade Federal de Uberlândia.

ROSSETI, José Paschoal - Introdução à Economia, São Paulo,1995, Editora Atlas, S.A., 10ª Edição.